



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 053

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE JUNHO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde, a partir de 15 de junho de 2004, conforme atestado médico.

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preceitua a Lei Federal nº 8977/95, vem, mui respeitosamente REQUERER a V. Exa. instalação da TV Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O pleito justifica-se, tendo em vista que o Senado Federal já possui a TV Senado, igualmente a Câmara dos Deputados, com a TV Câmara, onde são registrados elevados índices de audiência, com a participação da sociedade, a qual passa a fiscalizar de forma mais direta a atuação dos Parlamentares.

A instalação da TV Assembléia vai proporcionar mais transparência e a possibilidade de se levar ao conhecimento dos paranaenses todos os trabalhos desenvolvidos por esta Casa.

Entendendo pois, V. Exa. que o pleito deva ser analisado pelos demais Parlamentares, que seja colocado o presente requerimento em votação pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário autorização para ausentar da Sessão Plenária do dia 14 de junho, onde irá representar esta Casa de Leis no Município de Francisco Beltrão na assinatura de convênio entre a Caixa Econômica Federal e a FETRAF-SUL.

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Zózimo Scheffer, ocorrido dia 06 de junho/2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 06 de junho/2004, o Sr. Zózimo Scheffer com 81 anos de idade. Era viúvo de Noeli Henerich Scheffer e, casado em segundas núpcias com a Sra. Mirair Lemes da Silva Scheffer.

Deixou cinco filhos, seis netos e quinze bisnetos.

O passamento do Sr. Zózimo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre as quais este Deputado.

Zózimo Scheffer residia no Município de Clevelândia onde era comerciante, bem relacionado e estimado por todos, gozando de grande prestígio em toda aquela região.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Zózimo Scheffer, endereçando a todos voto de profundo pesar, rogando a Deus para que lhe dê o necessário conforto neste momento de tristeza e dor.

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Rotary Club Campo Mourão Gralha Azul, do Município de Campo Mourão, pelas comemorações alusivas aos 25 anos do Clube.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência ao Rotary Club Campo Mourão Gralha Azul, na pessoa do seu Presidente, Sr. Benedito R. Oliveira Sabadini (Rua Paul Harris, 365 - Casa da Amizade - Jardim São Sebastião - CEP: 87300-290 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 09.06.2004.

(a) NELSON TURECK

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1098, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias, a partir de 15 de junho de 2004. **Deferido.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 695/2003

P A R E C E R :

A Emenda ao Projeto de Lei nº 695/2003 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Reni Pereira, tem por desígnio alterar a redação do *caput* do artigo 1º, do parágrafo segundo, as alíneas “a” e “b”, e acrescentar ainda o parágrafo terceiro no artigo 1º.

Histórico

A emenda ora sopesada, altera o Projeto de Lei nº 695/2003 de modo a colocar sob a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, bem como dos serviços públicos de controle sanitário a fiscalização de infestação positiva por mosquitos *aedes aegypti* nas unidades consumidoras. Procura a emenda também dar outras providências no que concerne aos prazos para erradicação do foco de infestação e sobre as providências a serem tomadas nas hipóteses de reincidência, caso este em que será suspenso o benefício do Programa Luz Fraterna.

Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida emenda, ficando defesa a análise do seu mérito.

Devemos fazer resplandecer também que não nos deparamos com impedimentos regimentais e de ordem constitucional para a tramitação da presente emenda.

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade de matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito da emenda ao projeto de lei, nada observa este Parlamentar

que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Delegado Bradock, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, 1 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE Nº 695/2003

O *caput* do artigo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b”, do Projeto de Lei nº 695/2003, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ainda o parágrafo 3º:

“Art. 1º - Fica renumerado para parágrafo primeiro o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, acrescentando-se-lhe os parágrafos segundo e terceiro com a seguinte redação:

§ 2º - A unidade consumidora em que for constatado pelos serviços públicos de controle sanitário ou por equipes próprias da COPEL, infestação positiva para o mosquito *aedes aegypti*, transmissor de dengue:

a) será notificada a erradicar o foco encontrado no prazo de 01 (uma) semana, sob pena de suspensão do benefício;

b) na hipótese de reincidência, terá o benefício suspenso, até que o foco seja extinto.

§ 3º - As unidades consumidoras que não apresentarem focos de infestação do mosquito *aedes aegypti* e preencherem os requisitos do Decreto nº 1279/2003 e suas regulamentações, serão automaticamente incluídos neste Programa, bem como terão prioridade na obtenção dos demais programas sociais já instituídos ou que venham a ser criados pelo Governo do Estado”.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro, Dr. Luciano Ducci.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 585/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida menor de 16 anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 585/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado, a todos os interessados, os procedimentos necessários para a imediata busca de

pessoas de 0 a 16 anos de idade ou de qualquer idade desde que portadora de deficiência mental, física ou sensorial, quando for noticiado o seu desaparecimento, devendo o Estado garantir os meios e pessoal necessários para a possível localização dos mesmos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 705/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.181/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá. **Aprovado.(Publ. no DA nº 102/2003, de 25.11.2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura do Município de Marmeleiro o imóvel denominado Área Institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, de casas populares no Município de Marmeleiro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 037/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Marmeleiro o imóvel denominado Área Institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, na sede do Município de Marmeleiro, contendo a área superficial de quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados (4.494,21m²), dentro dos seguintes limites e confrontações: tem seu ponto de partida na Rua Marginal, interseção com o lote nº 11 da quadra nº 03, onde denominou-se o marco 0-PP no rumo 74º45'0" NE, mediu-se 90,56 metros, confronta-se com os lotes nºs 11, 13 e 16 da quadra nº 03; desta deflete à direita no rumo 30º45'0" SE, mediu-se 45,50 metros, confronta-se com a Rua Projetada “E”; deste deflete à direita no rumo 74º45'0" SW, mediu-se 114,48m, confronta-se com o lote nº s/nº com 243,42m² da quadra nº 03, lotes nº 02 a 08 e 10, da quadra nº 03 e deste deflete à direita no rumo 00º15'00" NW, mediu-se 45,39m, até o marco 0-PP, início do caminhamento, con-

fronta-se com a Rua Marginal. O presente imóvel matrícula nº 9.121 é originário do Registro R-6 da matrícula nº 5.834 do livro 02 do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, feito em data de 14 de maio de 1982.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado para instalação de prédio escolar municipal, sendo vedada destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Casa do Pequenino - CAPE, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 120/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Pequenino Gilberto Fierli, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritos Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho - Educação Infantil

e Ensino Fundamental (APM), com sede e foro em Pontal do Paraná, Estado do Paraná, Balneário Shangrilá, sito à Rua Corais, 395. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na Zona Rural, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02/09/2003). **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme especifica.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, tendo em vista que somente estabelece novos prazos de pagamento para o consumidor de energia da zona rural, sem estabelecer qualquer tipo de isenção.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA CORRETIVA DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 503/2003

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 503/2003

P A R E C E R :

Histórico

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ratinho Júnior, tem por objetivo dar providências

com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o pensamento do autor que procura equacionar o consumo de energia elétrica do setor rural às condições decorrentes da atividade do campo.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 503/2003.

Sala das Comissões, em 08.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 503/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, visa dar providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.275, de 20/12/2003. (Orçamento). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. (Publ. no DA nº 016/2004, de 22/03/2004). **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 069/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, tem por desígnio alterar a denominação da entidade beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.275, de 20/12/2003. (Orçamento)

Histórico

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade do referido projeto de lei, cujo desígnio é alterar a Lei Orçamentária de modo a corrigir a denominação da entidade “Santa Casa de

Misericórdia de Guarapuava”, para “Hospital de Caridade São Vicente de Paulo”, uma vez houve erro na transcrição da Lei nº 14.275/2003. Deve-se salientar que se trata da mesma entidade hospitalar, sendo sua designação oficial, “Hospital de caridade São Vicente de Paulo”.

Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida proposição, ficando defesa a análise do seu mérito.

Segundo a redação do artigo 134 da Carta Magna Estadual deverão as Emendas à Lei Orçamentária obedecer a alguns critérios para a sua validação. A saber:

Art. 134 - Os projetos relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

(...)

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual e aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

(...)

§ 6º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis, fazendo fulgurar a necessidade de sua análise pela Comissão de Orçamento desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 069/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, altera a denominação da entidade beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.275 de 20 de dezembro de 2003.

Fundamentação

A Lei nº 14.275/2004, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2004. Nos anexos da referida lei o nome da entidade está como Santa Casa de Misericórdia de Guarapuava, designa-se a alterar de modo a corrigir a denominação da entidade para Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, uma vez que houve erro na

transcrição da lei. Deve-se salientar que trata-se da mesma entidade hospitalar, sendo sua designação oficial, Hospital de Caridade São Vicente de Paulo.

Conclusão

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o parágrafo 4º do artigo 33, do Regimento Interno desta colenda Casa, nos posicionamos favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a instalação de uma extensão da Academia da Polícia Militar do Guatupê em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2004, de 29.03.2004).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 008/2004

P A R E C E R :

A indicação em análise é de autoria do Deputado Estadual Barbosa Neto, que sugere a criação de uma extensão da Academia de Polícia Militar do Guatupê, em Londrina.

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação tem por escopo descentralizar a formação de policiais militares, hoje realizada exclusivamente em Curitiba, fazendo com que os membros da Polícia Militar não necessitem se deslocar até a Capital, visando inclusive uma economia para o Estado nas despesas relativas ao deslocamento e manutenção para o treinamento.

Desta forma, somos de parecer favorável à sugestão da criação de uma extensão da Academia de Polícia Militar do Guatupê, em Londrina.

Sala das Comissões, em 07.06.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 009/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que sugere a implantação de um Posto de Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguazu. PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 021/2004, de 31.03.2004).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 009/2004

P A R E C E R :

A indicação em análise, é de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin que sugere a implantação de

um Posto da Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguazu.

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente indicação tem por escopo criar um Posto da Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguazu e de acordo com a justificativa apresentada, a necessidade ocorre em função de assentamentos e agricultores daquela região que carecem de orientação sobre proteção ao meio ambiente.

Ocorre que, data vênica, a presente indicação carece de fato gerador que justifique a pretensão, pois relacionar a necessidade de implantação de Posto da Polícia Florestal com assentamentos de sem-terras, bem como, vincular tal criação com a falta de orientação sobre a proteção ao meio ambiente por parte daqueles assentados e agricultores locais não se justifica, uma vez que a demanda ainda não é comprovada, bem como caberia por parte dos representantes de demais órgãos públicos, como INCRA, a devida orientação aos assentados e agricultores, não havendo, *a priori*, a necessidade de estruturação de um Posto da Polícia Florestal, que por consequência acarretará em despesas demasiadas ao Estado.

Certamente que a Segurança Pública merece análise aprofundada e aumento do efetivo nas mais diversas áreas de atuação. Polícia Florestal. Corpo de Bombeiros, contudo, tem-se que buscar a realidade de pessoal com as necessidades mais emergentes, pois o efetivo não tem acompanhado a demanda.

Desta forma, somos de parecer desfavorável à sugestão da criação de um Posto da Polícia Federal no Município de Rio Bonito do Iguazu.

Sala das Comissões, em 07.06.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1100, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1101, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1102, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1103, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1099, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É mais que hora, que a Assembléia do Estado do Paraná tome essa decisão, tendo em vista que a TV

Senado e a TV Câmara são uns dos canais mais assistidos e de maior audiência.

Isso se deve ao grande interesse da população com o Poder Legislativo, que é um dos primeiros Poderes, mas nem sempre tem a oportunidade de colocar, aos olhos da população, o seu trabalho, a sua desenvoltura, as suas realizações internas.

Penso que a TV Assembléia vai servir para um aprimoramento da democracia. Todos os Deputados terão mais empenho na sua ação parlamentar. Suas assessorias estarão muito mais empenhadas, porque estaremos à vista de todos os paranaenses. Até a Câmara de Vereadores já tem. Já é hora de a Assembléia ter.

Que na sua Presidência, Deputado Hermas Brandão, o povo possa brindar com a oportunidade de assistir à TV Assembléia.

Portanto, requeiro à Mesa para que possa tomar essa decisão, ou se entender necessário, colocar para deliberação do Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer a V. Exa. que a Mesa Executiva desta Casa está tomando as providências para iniciar o processo licitatório.

A sua preocupação é nossa e de todos os Parlamentares, até para mostrar à população do Paraná o real trabalho que os Parlamentares fazem nesta Casa.

Congratulo V. Exa. e colocaremos o requerimento em votação. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Sr. Presidente, hoje fizemos um evento sobre a araucária. Estiveram aqui presentes os representantes da FAEP, de ONG's, da EMBRAPA, dos órgãos de pesquisa. Esteve presente o tempo todo o Deputado Nelsinho. Passaram por aqui os Deputados Zucchi, Marcos Isfer, Deputada Luciana e o Deputado Federal Marcos Rosenmann. Contamos também com a presença de muitos estudantes da área ambiental.

Sei que toda esta Assembléia tem uma vontade no sentido de discutir essa temática e foi encaminhado na manhã de hoje para nós fazermos um Seminário Nacional. E também foi encaminhado e assumido compromisso com todos aqueles órgãos que eu disse antes, para fazer uma assessoria daquilo que é possível na questão da preservação da espécie.

Essa assessoria estará à disposição do Bloco Agropecuário na Assembléia Legislativa para fazermos os ajustes necessários na legislação, com relação ao pinheiro.

Muito obrigado. Foi de muito êxito o evento.

Também agradecemos por ter cedido o Plenário desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero participar aos Srs. Parlamentares, que nós teremos uma Sessão Solene hoje para comemorarmos os 175 anos da Imigração Alemã no Paraná. A homenagem é do Deputado Elio Rusch à Colônia Alemã, que tanto fez por este Estado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Apenas para ratificar e estender o convite a todos os Parlamentares e os funcionários desta Casa, assessores dos Srs. Deputados que estão nos gabinetes nos ouvindo neste momento, que hoje à tarde nós teremos uma Sessão Solene em comemoração aos 175 anos da Imigração Alemã.

Vale registrar que a imigração alemã no Paraná iniciou no Município de Rio Negro, e no Brasil iniciou em 1924, porém, completa no Brasil 180 anos, e no Paraná, 175.

Será uma Sessão bonita, sem sombra de dúvida, que a Assembléia Legislativa irá promover na tarde de hoje e será presidida pelo Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convocamos então a Sessão para hoje às 17h00, em homenagem aos 175 anos da imigração alemã no Paraná.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que esta Casa estará fechada também na sexta-feira, concedendo um descanso para os funcionários que têm prestado um belíssimo trabalho a todos os Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 550, 688/2003, 068, 151, 152, 162, 182, 183 e 190/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 040/2003, 007, 020, 021, 030, 032, 037 e 038/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e quatro, no Plenário da Assembléia, às 20h00, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre a ampliação de vagas do EJA - Educação de Jovens e Adultos, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Veneri, contando com a presença do Sr. Deputado Ratinho Júnior, membro desta Comissão, e também, do Presidente da APP Sindicato, Professores José Lemos, da Chefe do Departamento do EJA da Secretaria de Estado da Educação, Sra. Maria Aparecida Zanetti, da Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Dra. Hermínia Durigan, e do Vereador Carlos Bortoletto. O Sr. Presidente deu início à Sessão, comentando que o objetivo desta audiência é buscar solução para o impasse entre a Secretaria de Estado da Educação e estudantes atendidos pelo programa, que teve reduzida a oferta do número de vagas nos postos avançados do Centro Especial de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEBEJA) neste ano. Na sequência, os participantes da mesa fizeram suas saudações. O Sr. Presidente passou a palavra aos Professores Terezinha e Ademir, do CEBEJA. Paulo Freire, que exclamaram a preocupação em relação à limitação de turmas a serem ofertadas. Em seguida, o Professor José Lemos fez sua explanação quanto à necessidade na oferta com qualidade à educação dos jovens e adultos, uma vez que estes não tiveram a oportunidade de frequentar a escola no período regular. Logo após, a Sra. Maria Aparecida Zanetti fez sua colocação ao processo de construção do Plano Estadual de Educação do Governo do Estado, em que propõe ampliar, progressiva e qualitativamente, a educação de jovens e adultos no Paraná, e no atendimento da Secretaria, uma escola de educação de jovens e adultos se faz necessário, devido à crescente demanda da região. O Sr. Presidente destinou espaço para que fossem realizadas perguntas ou sugestões pelos presentes nesta audiência. Para encerrar, o Sr. Presidente reafirmou que esta Comissão tem o compromisso de tentar solucionar este impasse, encaminhando proposta para a reunião na Secretaria da Educação marcada para o dia dezoito próximo, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos,

dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, às 17h30, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes para discussão sobre a ampliação de vagas do EJA - Educação de Jovens e Adultos, com a presença dos senhores deputados Tadeu Veneri e Ratinho Júnior, presidente e membro desta Comissão, respectivamente, da Sr. Maria Aparecida Zanetti Chefe do Departamento do EJA da Secretaria da Educação, do Sr. José Lemos, Presidente da APP Sindicato e da Sra. Hermínia Durigan, Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual. A Sra. Maria Aparecida deu início à Sessão respondendo questões pontuadas na audiência pública do dia doze passado, ressaltando que a Secretaria da Educação não tem intenção de encerrar os PAC's, tendo em vista ser uma das alternativas, devido atender à demanda de educação de jovens e adultos. Todos os senhores participantes da mesa fizeram uso da palavra. Para encerrar, o Deputado Tadeu Veneri reafirmou que esta Comissão tem o comprometimento de tentar solucionar as reivindicações dos estudantes e dos professores em relação à proposta da Secretaria de Estado da Educação, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária